



24/07/2011 11h13 - Atualizado em 24/07/2011 12h03

# MT é responsável por 28% dos focos de queimadas registrados no país

Inpe registrou 1.777 focos de queimadas entre janeiro e julho, em MT. No Brasil, foram verificadas 6.102 queimadas no mesmo período.

Kelly Martins  
Do G1 MT

imprimir



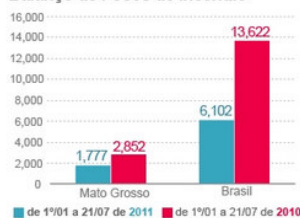
Governo do estado decidiu ampliar o período de proibição de queimadas. (Foto: Guilherme Filho/Secom-MT)

As queimadas no estado de Mato Grosso já são responsáveis por 28% do número total de focos registrados no Brasil, neste ano. Dados dos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que das 6.102 queimadas identificadas no país, 1.777 ocorreram no estado, no período de 1º de janeiro a 21 de julho.

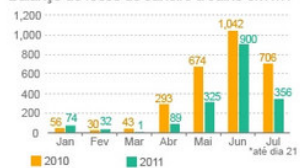
Apesar de o número estar abaixo do identificado no mesmo período do ano passado, quando foram registrados 2.852 focos de incêndio no território mato-grossense, a incidência poderá aumentar nos próximos dias devido à alta temperatura, baixa umidade do ar e ao alto índice de desmatamento. A avaliação é do professor e biólogo Romildo Gonçalves, do Instituto de Biociências da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

O biólogo explica que as massas de ar quente e seco estão cada vez mais frequentes no país, o que estaria causando reflexos no estado, além das intempéries influenciarem diretamente na vegetação. "As condições climáticas, com a evolução do aquecimento global, têm reflexo direto no ecossistema e, em Mato Grosso, não será muito diferente neste ano em comparação com o último", frisou o professor, em entrevista ao G1. Segundo ele, o período mais crítico para queimadas são os meses de agosto e setembro.

## Balanco de Focos de Incêndio



## Balanco de focos de Janeiro a Julho em MT



G1.com.br

Fonte: Inpe

Enquanto em abril os satélites captaram 89 focos de queimadas em Mato Grosso, em maio foram 325. Em junho, o índice cresceu para 900 e, até o dia 21 de julho (quinta-feira), o estado já tinha acumulado 356 focos. Em outro aspecto, o professor considera motivo de preocupação a devastação na região da Amazônia Legal, em que o estado teve, por exemplo, 93,7 km² de florestas devastadas no mês de maio, sendo que em abril perdeu 405,5 km² de mata, segundo relatório do Inpe. Para Gonçalves, os dados reforçam o risco da ocorrência de mais queimadas neste ano do que em 2010. "Depois de tirar a mata, as pessoas colocam fogo para usar a área", frisa.

## Parque Nacional

Em 2010, o fogo consumiu cerca de um terço do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, cobrindo Cuiabá de fumaça escura. A estimativa é que 11 mil hectares tenham sido consumidos no incêndio. Com um ecossistema que inclui de savanas a matas fechadas, o parque abriga sítios arqueológicos e cabeceiras de vários rios das bacias do Alto Paraguai e Amazônica. "O alerta neste ano vale para o Pantanal mato-grossense e o Parque Nacional do Xingu, que não registram incêndios há oito anos, mas podem sofrer alterações pela falta de infraestrutura e proteção ambiental", avaliou Romildo Gonçalves.

O Comitê de Gestão do Fogo de Mato Grosso informou que as cidades com maior número de alertas de incêndios são Tangará da Serra, Cláudia e Querência, localizadas nas regiões norte e médio norte do estado. O tenente-coronel Dércio Santos, coordenador-geral adjunto do Comitê, declarou ao G1 que a meta é reduzir 65% da quantidade de focos de calor registrados em 2010 e retirar o estado da lista dos que mais queimam.

O coordenador disse ainda que o Corpo de Bombeiros está presente em 17 das 141 cidades mato-grossenses, com bases operacionais montadas com o objetivo de controlar o fogo. "Nós já reduzimos muito em relação ao último ano e estamos atuando com reforço e apoio das prefeituras dos municípios para o combate às queimadas. Porém, temos que avaliar que a estiagem e a baixa umidade são ameaças constantes, mas podemos mudar o quadro com a nossa conduta", pontuou o tenente-coronel.

Ele frisa que a questão da educação ambiental também é séria e que as pessoas devem contribuir para a diminuição dos focos, deixando as práticas e a cultura de colocar fogo, por exemplo, em folhas secas ou nos quintais de casa. "Muitos incêndios registrados, senão a maioria, foram provocados pelo homem", afirma.

Quanto ao desmatamento, o coordenador admite que o índice registrado no território mato-grossense poderá colaborar para que a situação das queimadas se agrave, porém, considera que o governo do estado e a união têm realizado trabalhos intensivos com a finalidade de diminuir o número de áreas devastadas.

## Investimento

O combate às queimadas deve custar mais de R\$ 111,5 milhões durante o período proibitivo no estado, que este ano será de 1º de julho a 15 de outubro, considerado o mais longo da história. Diante dos altos índices de focos de queimada, o pedido de antecipação e ampliação foi feito pelo secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Alexander Maia. Ao todo, o estado pretende contar com o trabalho de dois mil homens de todos os órgãos ambientais durante o período proibitivo.

O montante foi calculado com base no planejamento orçamentário do Governo do Estado, Departamento Nacional de Infra-estrutura (Dnit) e Corpo de Bombeiros. O secretário Alexander Maia disse que o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) autorizou a liberação de R\$ 13 milhões para a instalação de uma base de controle das ocorrências em Sinop, a 503 quilômetros de Cuiabá.

A pretensão, de acordo com o secretário, é implantar quatro bases semelhantes a essa, porém, segundo ele, ainda não há recursos liberados para o projeto. O montante será gasto na compra de equipamentos para as equipes do Corpo de Bombeiros e da Secretaria de Meio Ambiente do Estado (Sema). Embora tenha sido contemplado com a verba, o governo do estado havia requisitado R\$ 80 milhões para investir nas ações de combate e prevenção.

Além dessa verba, Maia afirmou que serão gastos R\$ 5 milhões em campanhas publicitárias com a finalidade de tentar conscientizar a população sobre os riscos dos incêndios, assim como alertar sobre a penalidade aplicada ao responsável pelo crime ambiental. As multas variam entre R\$ 1 mil e R\$ 1,5 mil por hectare para áreas abertas e de floresta, respectivamente.